

# LUTANDO POR UM LUGAR NA CIDADE DE MACEIÓ, BRASIL

## FIGHTING FOR A PLACE IN THE CITY, MACEIÓ, BRASIL

Débora de Barros Cavalcanti <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, AL, Brasil

Correspondência para: Débora de Barros Cavalcanti (debora\_cavalcanti@hotmail.com)

doi: 10.12957/geouerj.2017.28310

Recebido em: 12 abr. 2017 | Aceito em: 7 mai. 2017



### RESUMO

A compreensão da pobreza urbana tem-se alargado nas últimas décadas, focando menos nas características econômicas e incluindo conceitos como exclusão e vulnerabilidade. Como parte do enquadramento teórico da pesquisa base deste artigo, tratou-se de combinar conceitos tais como cultura da pobreza, marginalidade e nova marginalidade com os padrões espaciais associados, incluindo ocupações, guetos e hiperperiferia. Dentro deste contexto, este artigo explora a dinâmica da integração social e espacial através da observação do cotidiano de assentamentos precários em Maceió, Alagoas. Histórias de vida de moradores de assentamentos precários foram usadas para mostrar que, na maior parte dos casos, o estado está ausente da vida dos pobres, evidenciando infrações dos direitos humanos e desafiando o estado e a sociedade a repensar as políticas de invisibilidade e o que chamo a *territorialização da pobreza*. Contínua mobilidade e segregação espacial revelam que, além de qualquer retórica de direito à cidade, a luta por um espaço na cidade ainda continua.

**Palavras-chave:** pobreza urbana; políticas públicas; assentamentos precários; segregação urbana; histórias de vida.

### ABSTRACT

*The understanding of urban poverty has expanded in recent decades, focusing less on economic characteristics and including concepts such as exclusion and vulnerability. As part of the theoretical framework of this research, this was to combine concepts such as culture of poverty, marginality and new marginality with the associated spatial patterns, including occupations, ghettos and hiperperiferia. Within this context, this article explores the dynamics of social and spatial integration by observing the daily life of slums in Maceió, Alagoas. Life stories of slum dwellers were used to show that, in most cases, the state is absent from the lives of the poor, highlighting violations of human rights, challenging the state and society to rethink the invisibility of policies and what I call the territorialization of poverty. Continuous mobility and spatial segregation reveal that in addition to any right of rhetoric to the city, to fight for a space in the city continues.*

**Keywords:** urban poverty; public policy; slum; urban segregation; life stories.

### INTRODUÇÃO

A cidade de Maceió assim como outras cidades brasileiras tem a exclusão social e, acrescenta-se espacial, como uma de suas marcas. Apesar de uma melhora significativa nos índices de desenvolvimento, as cidades brasileiras são ainda melhor descritas como um ambiente dicotômico. Há espaços organizados pelo setor privado onde se opera dentro de uma legislação detalhada e outros espaços que são produzidos pelos próprios moradores, geralmente de baixa renda, situados em uma

área intermediária entre o legal e o ilegal. Enquanto a distância entre ricos e pobres continua crescendo, a política urbana está frequentemente mais preocupada com os interesses do mercado imobiliário do que em atacar a desigualdade e a segregação espacial (Smith, 2002; Mitchell, 2003). Apesar de nos últimos 12 anos o Brasil ter adotado medidas substanciais de distribuição de renda (ex. Bolsa Família), o rápido crescimento da população urbana não foi acompanhado por mais igualdade e inclusão espacial, há um acirramento da clivagem espacial entre ricos e pobres. A construção de habitações populares por programas oficiais e por iniciativa própria vem contribuindo com o espraiamento urbano, fazendo com que vários municípios apresentem propostas de aumento do perímetro urbano, o que afasta os pobres ainda mais do centro das atividades econômicas, por conta da especulação imobiliária nos terrenos mais bem localizados. Dados de 2010 (IBGE) consideram que 6% da população nacional vive em aglomerados subnormais<sup>1</sup> em 3.224.529 domicílios particulares ocupados (5,6% do total), chegando a dados alarmantes ao atingir 54% da população residente na Região Metropolitana de Belém, por exemplo. O último Censo (IBGE, 2010) constata que em Maceió 12% da população residente habita em 95 aglomerados subnormais, o que se considera subestimado pois o último levantamento dos assentamentos precários em Maceió (SEMPA, 2016) já contabiliza 275 assentamentos<sup>2</sup>. No caso brasileiro, o estado demonstra incapacidade e na maior parte dos casos falta de vontade em prover serviços e equipamentos para os que chegam nas áreas urbanas (Santos, 1993). O resultado é a produção autônoma de áreas precárias, e usualmente, isoladas onde moradia, trabalho, educação e cuidados de saúde não estão disponíveis ou acessíveis. A concentração da pobreza em determinados espaços não é um fenômeno novo nem tão pouco a exclusão do pobre de direitos aos serviços, terra e trabalho (Saraiva e Marques, 2005), no entanto a crescente hiperfragmentação do espaço, a falta de projetos e políticas de melhoria urbana e a constatação de que as comunidades pobres tem sido abandonadas pelo estado parece ser mais recente.

---

<sup>1</sup> O Manual de Delimitação dos Setores do Censo 2010 classifica como aglomerado subnormal cada conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.

<sup>2</sup> Vale a pena destacar que no conceito de assentamentos precários utilizado neste artigo são associados, além da classificação acima, os assentamentos menores de 51 unidades habitacionais e conjuntos habitacionais degradados.

A pesquisa que deu base a este artigo partiu da análise do cotidiano de moradores de três assentamentos precários em Maceió. O termo precário é usado de maneira a cobrir uma vasta gama de condições, indo da ilegalidade, estigmatização e problemas de infraestrutura, referindo-se a favelas, ocupações e mesmo conjuntos habitacionais degradados. A ideia é entender como pessoas que vivem em situações de pobreza econômica, experimentam o espaço urbano no contexto de uma segregação social e espacial persistente.

Dentre as motivações deste estudo encontra-se a própria frustração de anos trabalhados em projetos que ao final não resultavam em avanços significativos na qualidade de vida da população excluída, uma prática de paliativos e a ausência de um enquadramento teórico que pudesse ser aplicado localmente. A limitada sustentabilidade de programas não convencionais que funcionam bem até o final da intervenção física e social feita por agentes externos às comunidades, quando os moradores assumem a responsabilidade rapidamente passam de ‘best practices’ para ‘worst practices’. Qual seria então a melhor forma de entender os assentamentos precários? Como os pobres se integram ao tecido urbano? Em virtude da fragmentação urbana como entender a segregação social e espacial? O desafio era combinar os diversos pontos de partida: o processo urbano excludente socioespacial da população pobre, a intensa mobilidade da população nos projetos urbanos, a ineficiência e ineficácia das políticas públicas e o limitado conhecimento sobre o cotidiano do pobre urbano.

Este artigo, portanto, apresenta um panorama geral e algumas das conclusões da tese de doutorado elaborada pela autora e está baseada em trabalho de campo realizado nos meses de Outubro de 2003 a Março de 2004 na cidade de Maceió. Apesar de já se haver decorrido mais de 12 anos do trabalho de campo, as conclusões carecem de ampla discussão como ponto de partida para o acompanhamento em termos geracionais dos que foram entrevistados. A autora iniciou uma nova fase da pesquisa em que refaz os percursos realizados no primeiro trabalho de campo e volta a entrevistar cada um dos participantes da 1ª fase.

## CONSTRUÇÃO TEÓRICA E EMPÍRICA

De maneira a entender como os moradores conseguem se integrar no meio urbano e como eles experimentam a cidade, desenvolve-se a ideia de *territórios da pobreza* como uma contribuição conceitual ao descrever espaços onde as diferentes facetas da segregação urbana: social, econômica e cultural (incluindo estigmas de raça) – podem ser encontradas todas no mesmo lugar, o que faz a *ronda diária*<sup>3</sup> mais insegura e arriscada. Os *territórios da pobreza* sintetizam uma forte combinação de aspectos econômicos, físicos e sociais que caracterizam os espaços dos pobres nas cidades contemporâneas. Estes espaços são caracterizados por um ciclo intergeracional de pobreza, o declínio da confiança na mobilidade social e a prevalência de uma certa homogeneidade étnica em determinados espaços. ‘Novas’ dinâmicas como a extrema violência dentro dos assentamentos exacerba as dificuldades em viver dentro de espaços de onde “todo mundo está tentando fugir” (Wacquant, 1996, p. 126).

A localização segregada dos pobres tem sido pouco estudada, apesar de sua ocorrência crescente. O planejamento urbano e habitacional parece propor uma resposta inadequada ao problema e talvez mesmo esteja contribuindo para a exclusão e a segregação. Pesquisas acadêmicas não têm suficientemente destacado as implicações da exclusão, segregação e desigualdade para o indivíduo pobre. Sabe-se obviamente que a vida da pessoa de baixa renda nos assentamentos precários é muito dura, o que é menos claro é como as práticas sociais cotidianas se relacionam e como é possível conseguir um lugar na cidade em meio a exclusão, a pobreza econômica e o abandono do estado. As práticas sociais foram estudadas a partir de uma *ronda diária*, captando a forma como as políticas públicas em uma escala macro afeta o cotidiano no micro espaço da família ou comunidade. O termo *ronda diária* chama atenção para o fato de que há uma luta constante por um lugar na cidade, uma dimensão temporal própria onde parece que o pobre vive em um tempo diferente da sociedade moderna, tudo é adiado, atrasado, sob a ameaça de ser abandonado.

As práticas sociais são entendidas aqui como as atividades que os moradores realizam na sua vida social relacionadas com o processo de integração social e espacial. Os pobres reagem ao seu estatuto

---

<sup>3</sup> As atividades diárias do morador que circula nos espaços em busca de sobrevivência. Em termos etimológicos a ronda pode ser considerada como enfrentamento, luta para conquistar um espaço.

desvantajoso através da adoção de práticas sociais objetivando aliviar a pobreza e permitindo sua integração ao tecido urbano. As mais importantes práticas sociais que contribuem para a territorialização da pobreza são a mobilidade residencial dos moradores, suas táticas e estratégias de sobrevivência e sua habilidade em se integrar através de redes de sociabilidade. Mobilidade envolve um grande gasto de energia, tempo e dinheiro, o que em termos econômicos pode representar um atraso no processo de acumulação de 'riqueza' familiar. Além do impacto econômico as constantes mudanças podem enfraquecer as bases de uma ação cooperativa e assim reduzir os benefícios potenciais de uma ação coletiva.

Apesar de que os espaços excluídos permanecem como espaços onde a classe trabalhadora se reproduz e obtém um espaço transitório em sua mobilidade, estes espaços atualmente se tornaram em espaços de sobrevivência de uma população que é socialmente imóvel. Neste sentido a mobilidade pode ser um fator positivo quando representa uma oportunidade para melhorar a qualidade de vida, ou um fator negativo quando a crise conduz a piores condições. Esta mobilidade intraurbana e seu contraponto, a inércia, são temas ainda pouco estudados quando se fala de populações de baixa renda.

Por muito tempo a política urbana oficial foi ignorar ou estigmatizar os assentamentos precários (Rolnik, 2001) e não implementar políticas de desenvolvimento social e econômico. Um dos agentes do estado, cujo papel é raramente estudado, são os planejadores que dificilmente aparecem cooperando com os moradores ou mesmo estabelecendo um diálogo com eles. Ao invés do diálogo não é raro perceber que os projetos e planos estão baseados em dados quantitativos e sem uma compreensão das práticas cotidianas de quem vai viver nos espaços projetados. Neste sentido buscou-se entender em que medida o próprio estado é responsável pela pobreza (em colaboração com o mercado e as práticas sociais) e quanto o padrão da segregação é mudado ou mantido, por ação ou negligência.

## **METODOLOGIA DE PESQUISA**

A pobreza é vivida de modo diferente por cada pessoa, comunidade ou organização. O que se deve observar é como diferentes sistemas de conhecimento operam e dialogam entre si (Jovchelovitch,

2007). Apesar de utilizar as histórias de vida como principal metodologia, não se idealizam os pontos de vista dos moradores mas trata-se de discutir como os conceitos de exclusão social e espacial podem ser entendidos.

A pesquisa buscou estudar as práticas sociais e suas relações com as ações do estado. As formas tradicionais de trabalhar a questão urbana pareceram pouco adaptadas à realidade dos assentamentos precários. Apostou-se em um projeto de pesquisa que permitisse um exame sensível das perspectivas dos pobres. A análise dos assentamentos precários está baseada em 75 histórias de vida dos moradores dos três assentamentos precários já mencionados, onde dois temas emergiram: o grau de ação e inação do estado e as táticas empregadas pelos moradores na luta por um lugar na cidade. O contato direto com as pessoas envolvidas foi um aspecto vital nesta trajetória. Ouvir, observar, e interagir foi extremamente importante para uma análise centrada nas percepções das pessoas.

A maneira convencional de se estudar a segregação e exclusão urbana é se concentrando nos processos econômicos e nas características espaciais. Nesta pesquisa buscou-se examinar as relações entre a microescala das práticas sociais e a macroescala das políticas públicas. Entende-se segregação social e espacial como a negação do acesso às oportunidades sociais e econômicas e como a não oferta de espaço necessário para o desenvolvimento social e pessoal dos moradores.

A pesquisa portanto se organiza em torno de dois grupos de questões. O primeiro trata de investigar as experiências de vida dos pobres e seu grau de integração urbana social e espacial. A pesquisa, portanto, pergunta qual é a influência da história pessoal e familiar no processo de integração social e espacial. Quais são as características e circunstâncias da vida cotidiana do pobre urbano nos assentamentos precários? Como os pobres tentam minimizar a pobreza e se tornar integrados no tecido social? O segundo grupo de questões busca um entendimento mais amplo da ação do estado com relação à produção dos territórios da pobreza. A pesquisa pergunta como a ação do estado afeta o cotidiano dos pobres urbanos. Como o estado, por meio dos seus agentes, percebe e lida com os moradores dos assentamentos precários? Qual é o impacto do estado na produção dos *territórios da pobreza*?

Entre os três assentamentos precários estudados, optou-se por apresentar neste artigo o caso do Conjunto Denisson Menezes que, de maneira diferente dos outros assentamentos, foi planejado e estabelecido pelo estado. O assentamento foi estabelecido quando a Prefeitura de Maceió deslocou um grupo de pessoas que haviam ocupado ilegalmente uma terra para um novo assentamento que foi considerado modelo de boa prática e um esquema piloto para futuras intervenções em moradia popular na cidade. A pesquisa se concentra nas práticas sociais e nas ações do estado e discute o fosso que separa os objetivos declarados do projeto da realidade incluindo a questão de como o cotidiano das pessoas tem mudado desde que o assentamento foi implementado.

## O CONJUNTO DENISSON MENEZES NO CONTEXTO DE MACEIÓ

Maceió é a capital de Alagoas, um dos estados mais pobres do Brasil, sendo a região metropolitana com o menor IDH do Brasil (PNUD et al, 2014). O que mais se destaca neste dado são as disparidades encontradas entre as regiões da cidade, com as partes mais estruturadas da cidades apresentando IDH da ordem de 0,956 e das regiões mais precárias chegando a 0,522. Estes resultados são frutos de um modelo de desenvolvimento que preserva o conservadorismo típico e o poder de suas elites através do coronelismo. A forma de produção baseada na monocultura da cana-de-açúcar, reforçada pela ação paternalista do estado e uma política baseada no apadrinhamento perpetua e aumenta as desigualdades sociais (Kenny, 2002). Nestas circunstâncias o crescimento urbano de Maceió se caracteriza por um alto grau de migração rural com a população urbana crescendo 274% de 1970 a 1996, hoje estabilizando em torno de 2,7% ao ano. Dados da Prefeitura de Maceió (UEM-HBB, 2001) afirmam que mais de 80% das terras urbanas são ilegalmente ocupadas, o que não é prerrogativa apenas dos mais pobres. Baseados em dados estatísticos foi elaborado um mapa da exclusão social em Maceió (UFAL, 1998) onde se afirma que 53% da população de Maceió vive em condições de exclusão social (entendida como falta de atendimento básico à saúde, moradia, emprego e educação).

O estado em Maceió através do discurso dos planejadores e dos gestores se revela baseando suas ações nos princípios da emergência e da invisibilidade. Primeiro, o estado só opera em caso de emergências,

sobretudo desastres naturais ou sob pressão política ou judiciária. Segundo, há uma política de invisibilidade onde o estado busca manter uma distância dos assentamentos, mantendo um baixíssimo perfil de atendimento, quase invisível. O grau de envolvimento do estado varia de acordo com a capacidade dos residentes em exercer pressão política. A presença do estado pode ser aparente, ausente ou mesmo ter um efeito perverso no cotidiano dos moradores.

Maceió, em particular, tem experimentado uma evolução pouco planejada, com as populações de baixa renda sempre morando nos lugares mais precários e atualmente muito distantes das centralidades. Para o estado ilegalidade é uma característica normal das políticas de moradia. O resultado é que ninguém assume responsabilidades. Os planejadores afirmam que os problemas estão relacionados com a fraca estrutura institucional, se consideram pouco preparados para discutir com os políticos e parecem ter pouco compromisso social, de acordo com as entrevistas realizadas.

A história do Conjunto Denisson Menezes começa quando em 1996 um grupo de famílias liderado pela União de Movimentos de Moradia em Alagoas (UMM/AL) ocupou um terreno da Petrobrás próximo à Polícia Rodoviária Federal, na BR 104, nas vizinhanças do Hospital Universitário e do Campus da UFAL. Estas pessoas vieram de diferentes cidades do interior e de bairros de Maceió. Apesar de oriundos de diferentes lugares, eles possuíam uma história bastante similar. Estavam constantemente se mudando, sempre procurando por uma casa ou um trabalho, morando com parentes, pagando aluguéis caros por quartos miseráveis ou morando nas ruas. Alguns chegaram a possuir uma casa no passado, mas por diversas razões, predominantemente por separação matrimonial, foram forçados a vender e acabaram gastando o capital remanescente. A necessidade e a consciência de que a única maneira de conseguir uma casa era ocupando uma terra persuadiu-os a se juntarem ao UMM-AL. *“Se eu nunca tivesse ocupado, eu nunca teria tido uma casa, eu não tinha como construir uma ou mesmo conseguir um terreno”.*<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Seguindo a metodologia de ouvir as pessoas, as frases em destaque (itálico) são as falas dos moradores entrevistados no Conjunto Denisson Menezes.



Os ocupantes eram movidos pela necessidade e a esperança de ter melhores condições de vida, mas não foi fácil. Não tinham banheiros, água potável, energia elétrica segura e as barracas de lona não eram verdadeiros abrigos, eram muito fáceis de serem violadas além de danosas à saúde pelo calor excessivo. As pessoas eram sempre forçadas a comprar mais lona pois ela facilmente se deteriorava, fazendo com que gastassem relativas grandes somas de recursos em uma solução provisória (duração de no máximo cinco meses). Além do mais a falta de endereço formal tornava extremamente difícil conseguir um trabalho, pois os empregadores não confiam em pessoas com quem eles não podem contatar ou que moram em barracos de lona.

*“Foi ruim logo no começo por que a gente não tinha direito a fazer uma barraquinha grande, os policiais não deixavam a gente passar com madeira, nem com plástico. Uma vez, logo quando eu cheguei no segundo dia, eu abri um foguinho no chão e estava cozinhando, o policial foi e pisou no pau da lenha, a panela subiu e derrubou a comida todinha e a gente não podia dizer nada. Depois de um mês o sufoco todinho foi com água que não tinha, não existia energia e os policiais lá passaram um mês impedindo que a gente invadisse mais área, como também para ver se a gente saía, mas a gente não saía, ficamos insistindo mesmo até conseguirmos as nossas casas. No começo eu não achava nada de bom, se não fosse a minha sogra, eu tinha desistido. Minha sogra tinha a casa dela no Santa Helena. Ela dizia: não minha filha, você lute por que você não vai ter condição de pagar aluguel, você está parada, e ele está desempregado e casa dos outros não presta. Ela foi dando força a ele também, aí depois de dois meses ele arranhou emprego e as coisas melhoraram.”*

O Governo do Estado junto com a Prefeitura de Maceió deslocou os moradores para um terreno localizado atrás do Complexo Prisional Baldomero Cavalcante e construíram com recursos próprios não mais que dez casas e alguns banheiros coletivos contando com o trabalho de presos. Nova onda de protestos aconteceram até que a Prefeitura fez contato com o Programa Habitar Brasil BID (HBB) e em Julho de 2001, dois anos após o deslocamento das famílias para o terreno definitivo, decidiu-se que o projeto HBB seria realizado naquela comunidade. Este projeto englobou além dos projetos de arquitetura e engenharia, um projeto social. O cronograma do projeto era de 21 meses, no entanto o projeto foi oficialmente concluído em 45 meses.

Pode-se afirmar que há problemas arquitetônicos e urbanísticos no projeto do Conjunto: é uma sequência de pequenas caixas em ruas excessivamente longas, denotando monotonia e aridez. A qualidade dos materiais empregados e seu alto grau de deterioração em tão pouco tempo, passa a sensação de abandono, o que diminui os sentimentos de pertença e apropriação. Os equipamentos

públicos estão incompletos e apresentam sinais de deterioração. Não há mobiliário ou árvores nos espaços públicos. O Conjunto Denisson Menezes condiz com a estética usual dos projetos públicos de moradia de baixa renda: pouco atrativos e suficientemente abertos para serem facilmente controlados pelas autoridades.

O Conjunto Denisson Menezes está localizado em uma área de difícil acesso, e os moradores têm altos custos de transporte. A distância do novo assentamento até à avenida mais próxima é de aproximadamente dois quilômetros, em uma estrada de terra. Depois de muitas reclamações se instalou uma linha de ônibus que leva duas horas para chegar ao centro e não segue um horário fixo.

Com relação às práticas sociais ligadas à busca por integração social e espacial, surge o desafio de como sobreviver no novo espaço fragmentado e isolado. Apesar do projeto incluir atividades de geração e renda, houve pouco sucesso no estabelecimento de grupos produtivos no Conjunto, apesar dos vários cursos e iniciativas. Eles foram prejudicados pela distância dos mercados, o alto custo do transporte, a falta de experiência nos negócios e a pouca competitividade das atividades produtivas escolhidas.

*“Eu gostaria de mudar daqui, porque é um lugar muito distante para procurar trabalho, mas é bom de morar, é um lugar tranquilo. Aqui só é bom para quem é aposentado, ou tem o seu próprio negócio, mas quem vai batalhar a vida que nem eu, de diarista, tem que pegar transporte. Lá no Jacintinho não, a gente tinha trabalho, eu tinha faxina para fazer. Todo sábado eu ganhava 25 reais numa faxina que eu fazia. Eu ia e vinha a pé, aqui é ruim, eu quero ir ao médico, tem que ter dinheiro para pegar ônibus. Eu só posso trabalhar no INOCOOP ou no Eustáquio por que dá para ir à pé. Não tenho dinheiro para transporte, por isso eu gostaria de sair daqui. Eu gostaria de comprar uma casa que fosse mais perto do centro. Mas é tudo caro, não tem condição não.”*

Observa-se que o Conjunto Denisson Menezes que pretendia ser um modelo de política de habitação para os pobres reafirma a exclusão social e econômica. Apesar dos claros benefícios envolvidos na posse de uma casa, sua localização representa onde o cidadão de baixa renda está situado na sociedade: em um estado de alienação física e social. Este assentamento é um local na invisível e não oficial cidade de Maceió.

O projeto teve um efeito positivo, mas parcial, na melhoria do cotidiano dos beneficiários da política pública habitacional. O impacto positivo de se ter uma casa é superado pela dificuldade em conseguir um trabalho. Novas contas (serviços de água e eletricidade) e inefetivos serviços sociais tais como escola e centro de saúde trouxeram frustração generalizada. Além disso, a acomodação ao novo estatuto de proprietário de uma casa levou ao desmantelamento da organização social, por conta disso muitas das políticas ainda necessárias acabaram por não serem implantadas. O senso de comunidade foi progressivamente sendo perdido. Os que moram hoje no Conjunto não são os ocupantes originais, muitos venderam suas casas ou barracas onde moravam por bicicletas, conjunto de som, ou mesmo botijão de gás.

*“Pouca gente que estava lá na ocupação, veio para cá, muitos foram embora, porque não gostaram daqui deste local, acharam que era muito longe de tudo, realmente é. Para ir ao comércio é um dia de viagem. Eu mesmo não gosto de descer lá para o centro. Os que vieram para cá venderam e voltaram de novo para a favela do Eustáquio.”*

A segregação espacial e social dos moradores do Conjunto Denisson Menezes é evidente. A economia é caracterizada pela escassez de dinheiro e representada pela falta de comida, saúde e educação, o que coloca em risco qualquer perspectiva de futuro melhor. Quem decidiu permanecer no Conjunto foi por que havia alguém na família trabalhando de forma regular ou aposentado ou aqueles já muito idosos para enfrentar uma nova luta. O isolamento exacerbou alguns aspectos da pobreza crônica, os trabalhadores agora vivem muito longe dos seus locais de trabalho e do acesso a serviços urbanos eficientes. Eles não têm sentimento de segurança por causa da violência, do roubo dos seus pertences, ao qual estão constantemente expostos sem proteção.

As estratégias pessoais empregadas para superar a pobreza formam parte das práticas sociais que estão localizadas nos novos territórios onde a distinção entre o formal e o informal, o ilegal e o legal tem-se tornado a cada dia mais tênue (Telles e Cabanes, 2006). No Conjunto Denisson Menezes há um reforço das relações geográficas familiares que acabam por contribuir para um maior sentimento de estabilidade adicionado ao fato de se ter obtido a casa. Pela variada origem e o nomadismo presente na vida dos moradores há uma dificuldade em se estabelecer relações sociais. Há portanto uma busca por tentar ter os parentes próximos, tal como aconteceu no Conjunto Denisson Menezes onde lideranças

conseguiram casas para seus parentes mesmo não tendo eles participado diretamente do processo de luta pela moradia naquele conjuntos.

O estado teve muitas dificuldades em implementar os projetos. O pouco conhecimento das práticas sociais dos moradores e de metodologias participativas, fizeram com que os técnicos não fossem capazes de trabalhar com as famílias, levando a conflitos e dificuldades no dia-a-dia do projeto. Verifica-se a ausência de um canal de comunicação entre técnicos e moradores.

*“A Prefeitura devia ter um trabalho voltado mais para os movimentos sociais, porque é muito omissa nessa questão, por exemplo, ela não chamou para discutir o projeto Habitat BID, para discutir como seria aquilo. Acha que está tudo arrumadinho e é aquilo mesmo, só que a gente fica sem informação nenhuma, eu não conheço nem a planta do Denisson Menezes, apesar de morar lá. Como eu falei para você, que todos soubessem como seria esse projeto, deveria ter acesso a esse projeto, inclusive na construção. Fizeram uma casinha de pombo, e no projeto era para ser de 2 quartos, para quem não tem filhos foi bom, mas e os outros? Seria bom se eles mostrassem o projeto para o pessoal antes de construir, para as pessoas conhecerem a casa, porque nem eu mesma sei como funciona.”*

As evidências mostram que o projeto não foi capaz de integrar a população tanto em termos espaciais como sociais ou mesmo trazer mudanças substanciais na *ronda diária*. Apesar dos benefícios de ter um endereço, de fato, este endereço levou-os a uma maior exclusão e a uma espécie de armadilha espacial, um *território de pobreza* difícil de sair.

## CONCLUSÃO

Observa-se que vem crescendo, a cada dia, a segregação social e espacial dos pobres na sociedade urbana contemporânea devido principalmente ao histórico de pobreza geracional e ao cruzamento entre a ação do estado e as práticas sociais com relação aos assentamentos precários. A nova pobreza tem características que não permitem ao pobre superar os obstáculos, propiciando o direito à cidade.

A discussão dos profissionais do urbano ao tratar dos assentamentos precários é muito mais relacionada com os projetos do que com as pessoas. Há o senso comum de que o único problema é a

disponibilidade de recursos, no entanto foi possível demonstrar que, mesmo com recursos<sup>5</sup>, os profissionais do urbano tiveram dificuldades na execução e gestão do projeto e dos que vieram depois, pois desconhecem e nem parecem se interessar com o que está acontecendo dentro dos assentamentos precários em termos de vida social, econômica e cultural, para assim elaborarem projetos mais adequados.

Em termos metodológicos, as histórias de vida aparecem como um valioso instrumental para entender a realidade dos assentamentos precários. Foi fundamental dar a oportunidade de falar especialmente àqueles que não têm acesso ao espaço social e político de expressão. As histórias ilustram até onde os pobres têm que lutar por um lugar na cidade. Representam um desafio para a versão oficial dos fatos, as decisões feitas pelo estado e a visão hegemônica sobre os pobres, revelando um grande grau de sofrimento, um estado coletivo de ansiedade e um sentimento de estigmatização por parte dos pobres. Uma geração de pessoas que nunca experimentaram outra situação do que viver em pobreza extrema em espaços precários. São pessoas distantes do trabalho formal por que não dispõem das habilidades para o mercado de trabalho urbano e o trabalho informal já não os absorve. Legado de vulnerabilidade e exclusão onde há pouca evidência de mudança e onde a mobilidade social praticamente não existe.

A partir dos relatos, considera-se a nova pobreza como *turbopobreza* ou *hiperpobreza*, ou seja, pobreza multidimensional afetada por circunstâncias culturais, podendo ser interpretada subjetivamente dependendo de fatores tais como sexo, idade, etnia, e agravada pela falta de habilidades adquiridas, fatores estruturais e atitudes políticas. A população de baixa renda ‘presa’ nestes assentamentos distantes e isolados tem poucas possibilidades de encontrar os meios necessários para melhorar sua situação. A pobreza se tornou pior e permanente, a vida em favelas centrais pode ser transitória mas a vida em conjuntos como o Denisson Menezes tem menos possibilidades de ser transitória mas sim uma forma acurada de pobreza intergeracional. Infelizmente, houve uma perda generalizada em qualidade nas políticas públicas depois de uma má implementação da universalização da saúde, da educação e dos programas habitacionais. Estabelecer igualdade de oportunidades significa entender que a população

---

<sup>5</sup> Nos últimos quatro anos foram gastos aproximadamente 8 bilhões de reais no Estado para construção de mais de 120 mil casas do Programa Minha Casa Minha Vida.

de baixa renda tem similar e mesmo maiores necessidades que outros cidadãos e requerem maior atenção e recursos.

A resposta do estado frente aos componentes espaciais da hiperpobreza tem sido superficial e esporádica, raramente envolvendo as pessoas na definição de projetos e estratégias. Segregação tem sido e continua sendo o signo oficial da urbanização contemporânea. Após examinar assentamentos precários em Maceió fica claro que o espaço precisa ser compreendido como causa e efeito de uma sociedade segregada. No caso do Conjunto Denisson Menezes observa-se que o deslocamento para um novo assentamento não conduziu a mudanças significativas na vida das pessoas mas reconfigurou o território da sua pobreza. A análise da localização dos pobres em Maceió mostra que a segregação é: i) instrumento das classes dominantes; ii) conduzida pelo estado; e iii) fortemente influenciada pelo mercado imobiliário. Apesar de muitas mudanças no discurso político, as táticas exclusionárias do estado continuam dificultando melhorias na qualidade do espaço disponível para as famílias de baixa renda, preferindo o seu deslocamento para áreas distantes garantindo assim que fiquem longe dos olhos, dando um aspecto ‘negativo’ à cidade. Há uma ampla evidência (migração contínua e um mercado de barracas consolidado e autorregulado com alto grau de controle e coerção) que mostra que os territórios da pobreza se têm tornado mais intensos nas favelas em Maceió.

Integração urbana pode ser definida como a habilidade em realizar algum trabalho que gere uma renda e assim uma vida urbana, propiciando o exercício de um papel social e político e tendo a oportunidade de ocupar determinado espaço. Este artigo demonstra que os pobres não estão integrados ao tecido urbano por várias razões: i) estão presos em condições econômicas extremamente precárias; ii) são sem-teto ou tem moradia abaixo dos padrões mínimos; e iii) e raramente tem a possibilidade de garantir a sua sobrevivência ou são mesmo incapazes de assim o fazerem. Uma das estratégias para superar este problema e assim melhorar suas condições de vida é estar constantemente se mudando. Esta mobilidade geralmente ocorre em três direções: i) casa de parentes; ii) aluguel em áreas consolidadas (o que não quer dizer em boa situação); e iii) ocupando terras disponíveis. Nenhuma destas situações é permanente: eles não conseguem permanecer com os parentes, não conseguem pagar o aluguel e são despejados das terras ocupadas e relocados em áreas cada vez mais distantes. Esta

mobilidade traz instabilidade que produz importantes efeitos na família, especialmente impedindo-as de ter acesso aos serviços públicos de saúde e educação que são organizados em base territorial e requerem comprovante de residência.

A história familiar dos moradores apresenta um padrão perverso onde todos falam de pobreza extrema e violência. *“Trabalhando e apanhando como um animal quando eu era criança.”* A maioria cresceu sem a presença do pai ou da mãe ou mesmo de ambos, gastaram sua infância trabalhando no campo, principalmente nas plantações de cana-de-açúcar, a ida à escola era intermitente e muitas vezes infrequente, muitos se referem a constantes tentativas de escapar da opressão dos pais ou guardiões, incluindo casamentos em tenra idade. O mesmo padrão pode ser encontrado em suas próprias famílias, a não ser o tamanho das famílias que é um pouco menor e vivem em uma mobilidade física maior. A falta de trabalho e o baixo grau de educação e saúde os mantém na pobreza, produzindo uma pobreza intergeracional. Pais, que eram pobres e que não tiveram educação suficiente e tiveram que trabalhar quando criança, passam esta herança aos filhos. As histórias de vida revelam que é muito difícil interromper o ciclo e encontrar meios de superar os obstáculos nos territórios da pobreza. A próxima fase da pesquisa buscará ver se os programas de combate a pobreza dos últimos 12 anos tiveram algum sucesso na mudança desse quadro e em que condições. As primeiras visitas e contatos com os entrevistados demonstram que a ‘herança’ da pobreza e a localização periférica na cidade ainda é um obstáculo muito grande a ser ultrapassado. Naquele momento, pessoas ainda expressavam a fé na mobilidade social, acreditando que todos podem melhorar a vida por seus esforços (trabalhando duro e mantendo a integridade moral), mas, na maior parte dos casos, os trabalhos ou renda eram adquiridos através de redes clientelistas e contatos sociais. Em alguns casos, atividades ilegais são mais atrativas do que trabalhar oito horas por dia pelo salário mínimo. As práticas sociais ajudam a aliviar a pobreza mas são insuficientes para permitir escapar destes territórios. Muitas das práticas são ‘oportunistas’, por exemplo ao vender as casas doadas pelo estado e indo morar outra vez em espaços precários. A principal preocupação é obter algum capital que possa ser trocado por mercadorias em tempos de escassez ou emergência. O fato é que em teoria e prática, o estado é praticamente ausente, induzindo as pessoas a empregar estratégias (por vezes desonestas e podendo incluir violência, oportunismo e barganha econômica e política) para obter um espaço na cidade. A ocupação ilegal de terras e a venda

de barracos, lotes e casas são exemplos de estratégias de sobrevivência. Em anos anteriores as organizações sociais atuavam de maneira poderosa nas mudanças sociais, atualmente as estratégias são individuais. A solidariedade foi se erodindo, não há tempo para se dedicar às redes de sociabilidade, às associações comunitárias, por exemplo, pois além de dedicarem muito tempo, energia e recursos para encontrar um espaço, as pessoas gastam muito tempo e dinheiro para garantir a não perda de seu espaço conquistado (vigiando suas barracas e pertences além da própria vida). Como sobrar tempo para encontrar trabalho ou pleitear melhores condições para a área? O isolamento e a falta generalizada de recursos não os permitem de atingir a solidariedade de grupo. Na melhor das situações, a rede de sociabilidade do pobre urbano se limita à família, especialmente quando os pais são aposentados e têm garantido uma permanente fonte de recurso.

O estado vem portanto alternando entre fases de atividade e de inércia e tem feito pouco para combater a pobreza. Sua presença é sentida nos assentamentos precários quando distribui benefícios sociais e implementa projetos de moradia, ou seja, é intermitente e de baixa qualidade. Lembrar que, na época, não havia a implantação na sua integridade do Programa Bolsa Família, os efeitos deste Programa serão avaliados agora na 2ª fase da pesquisa, onde os entrevistados serão ouvidos outra vez. A provisão de moradias mesmo incluindo alguma infraestrutura social e física não é o remédio para os problemas do morador que vivencia *hiperpobreza*. A decisão do estado em localizar os novos assentamentos na periferia da cidade é pró-segregacionista. No caso do Conjunto Denisson Menezes que intencionava integrar os pobres urbanos acaba por criar um novo *território de pobreza*. O Conjunto, na realidade, se tornou rapidamente uma favela, com uma notável deterioração física na qualidade das unidades e dos equipamentos urbanos, assim como outros problemas sociais, enquanto o estado anuncia o sucesso do projeto baseado na quantidade de unidades construídas. O estado tem tido uma presença apenas formal nos assentamentos precários e falha em implementar políticas de saúde, educação, emprego ou geração de renda. Ele normalmente condena o pobre a permanecer em um lugar desagradável e escondido.

Com base na análise do Conjunto Denisson Menezes, uma nova política de moradia popular deveria atender o seguinte:



- i) Levar em conta que a mobilidade física é algo desejável;;
- ii) Abandonar a ideia de concentrar os assentamentos precários em grandes glebas, agrupando os pobres em forma de guetos onde há pouca perspectiva de superação da pobreza;
- iii) Aplicar os instrumentos urbanísticos para selecionar as mais desejáveis localizações e tamanhos apropriados para os novos assentamentos e ao final fazer uma cuidadosa avaliação do nível de sucesso de cada projeto;;
- iv) Limitar a expansão urbana horizontal;;
- v) Aumentar a densidade das cidades incluindo os mais pobres no tecido urbano consolidado;;
- vi) Oferecer serviços públicos de saúde e educação de bom padrão;;
- vii) Prover incentivo à criatividade e ao potencial empresarial dos pobres urbanos;
- viii) Liderar iniciativas no sentido de dar às famílias de baixa renda a oportunidade de sobreviver através de meios legais e assim impedir que possam partir para estratégias que levem à destruição social e física do ambiente;;
- ix) Propiciar que todas as pessoas e especialmente as famílias de baixa renda tenham maiores oportunidades de falar, ser ouvidas e respeitadas por suas opiniões, tendo seus direitos realizados e seus deveres clarificados, fazendo com que as responsabilidades da cidadania sejam compartilhadas.

## REFERÊNCIAS

IBGE (2010) **Atlas do Censo Demográfico 2010**. Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>. Acesso em: 29/04/2016.

JOVCHELOVITCH, S. **Knowledge in Context: Representation, Community and Culture**. London: Routledge, 2007.

KENNY, M. L. Drought, Clientalism, Fatalism and Fear in Northeast Brazil. **Ethics, Place and Environment**, v. 5 n. 2, p. 123-134, 2002.

MITCHELL, D. **The Right to the City: Social justice and the Fight for Public Space**. New York: Guilford Press, 2003.

PNUD: IPEA e FJP **Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras**. Brasília: PNUD, Ipea, FJP. 2014.

ROLNIK, R. Territorial exclusion and violence: the case of the state of São Paulo, Brazil. **Geoforum**, n. 32, p. 471-482, 2001.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec. 1993.

SARAIVA, C. e MARQUES, E. A dinâmica social das favelas da região metropolitana de São Paulo In: MARQUES, E.; e TORRES, H. (Ogrs) **São Paulo - Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais**. São Paulo: Editora Senac, 2005.

SEMPA (2016) **Revisão do Plano Diretor**. Disponível em <http://www.maceio.al.gov.br/revisao-do-plano-diretor-participe/>. Acesso em: 20/04/2016.

SMITH, N. New Globalism, New Urbanism: gentrification as global urban strategy. **Antipode**, v. 34, n. 3, p. 427-450, 2002.

TELLES, V. S. e CABANES, R. (Eds) **Nas tramas da cidade - trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Humanitas, 2006.

UEM - HBB **Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais do Município de Maceió - PEMAS**. Maceió: Prefeitura Municipal, 2001.

UFAL **Mapeamento da Exclusão Social em Alagoas**. Maceió: NUTAS, 1998.

WACQUANT, L. The Rise of Advanced Marginality. **Acta Sociologica**, n. 39, p. 121-139, 1996.